



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DA MANGABEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.02.02.1

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

OBJETO: Contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

CONTRATADO(A): RN SERVIÇO DE TREINAMENTO
PROFISSIONAL LTDA.

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

A U T U A Ç Ã O

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.02.02.1

OBJETO: Contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

ORIGEM: Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão Permanente de Licitação, autuo o Processo de Dispensa de Licitação que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, Vicente Neto Alencar de Lima, Presidente da C.P.L, o subscrevo.

Lavras da Mangabeira/CE, 02 de fevereiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Comissão Permanente de Licitação
Presidente



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

SOLICITAÇÃO

**SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Lavras da Mangabeira/CE, 29 de janeiro de 2021.

Senhor(a) Presidente,

Vimos pela presente, solicitar o desencadeamento nos termos do inciso II do Art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, para o processo de Dispensa de Licitação que objetiva a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, conforme Termo de Referência/Projeto Básico em anexo.

Encaminhamos também pesquisas de preços realizadas com empresas atuantes no ramo, para agilizar no processo administrativo, bem como a documentação da empresa que ofertou o melhor e mais vantajoso preço.

Ademais, encaminhe-se para a Assessoria Jurídica do Município para emissão de parecer acerca da possibilidade, legalidade e conveniência administrativa.

Cordialmente,

Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social

Ao(Á) Senhor(a)

Vicente Neto Alencar de Lima

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

NESTA



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(PROJETO BÁSICO)

1 - OBJETO

1.1 - Contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

2 - JUSTIFICATIVA

A **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira /CE**, tem o objetivo de desenvolver serviços, programas, projetos e benefícios preconizados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e outros instrumentos normativos da Política de Assistência Social.

A Política de Assistência Social organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS, organizado em níveis de Proteções Sociais, Básica e Especial de Média e Alta complexidade, através destas são prestados serviços, programas, projetos e benefícios, cofinanciados pelos três entes, compreendendo município, estado e união.

No âmbito municipal são ofertados serviços de **Proteção Social Básica-PSB**, a qual tem por objetivos a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento dos vínculos familiares. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS atua como principal porta de entrada do SUAS, dada sua localização nos territórios.

O Município de Lavras da Mangabeira /CE conta com três Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, sendo dois localizados nos Distritos do Município, e o localizado na área urbana da cidade. As três das Unidades são cofinanciadas pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e recursos municipais, sendo que uma dessas, conta com o cofinanciamento do Estado.

Também são ofertados serviços da **Proteção Social Especial de Média Complexidade**, através do CREAS. O Município ainda conta com uma unidade de atendimento referente ao Cadastro Único, como também oferta programas, projetos e benefícios através das unidades socioassistenciais do SUAS.

Para a operacionalização do SUAS é necessário o trabalho de equipes formadas por profissionais com formação em nível médio ou superior, conforme preconizado nas normativa do SUAS, em destaque a NOB-RH/SUAS/2006 que traz a importância da equipe de referência, eu se configura como um conjunto de profissionais responsáveis diretamente pela gestão e oferta dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, que deve assegurar a efetivação da política pública de forma contínua e qualificada. A concepção de Equipes de Referência no SUAS parte do reconhecimento de dois aspectos fundamentais o caráter público da Assistência Social e o trabalho social como fundamental, sendo o profissional o seu principal recurso. Portanto, os trabalhadores, responsáveis pela execução da política, devem ser valorizados, possuir formação teórica, técnica e ético-política, como também, condições institucionais para realização do seu trabalho (SUAS/MDS/2015).



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

Faz importante ressaltar que as equipes de referência definidas pelas normativas possibilitam a formação de um padrão nacional, com profissionais cuja presença é obrigatória, de acordo com o nível de proteção social e complexidade.

Conforme descrito no Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS/MDS (2015), as principais normativas que tratam sobre as/os trabalhadoras/res do SUAS são:

- **NOB-RH/SUAS/2006**, instituída por meio da Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, esta normativa estabelece diretrizes e princípios que devem orientar os gestores das três esferas de governo nas questões relativas à gestão do trabalho e à Educação Permanente no SUAS.
- **Resoluções do CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, e nº 09, de 15 de abril de 2014**, ambas as resoluções tratam do reconhecimento dos profissionais que compõem o SUAS e que contribuem, através do conjunto de seus conhecimentos, habilidades e competências profissionais próprias a cada área.
- **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS/2013**, instituída pela Resolução CNAS nº 04, de 13 de março de 2013 - Esta normativa avança ao reforçar a organização e estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS, evidenciando-a como área essencial à efetiva profissionalização do Sistema, estabelecendo as responsabilidades dos entes federados, entre elas a de assegurar recursos financeiros para seu cumprimento.

A respeito do financiamento do SUAS para a manutenção das equipes de referência, destaca-se que os recursos do cofinanciamento federal de que trata o Artigo 6º-E da LOAS podem ser utilizados para o pagamento dos profissionais das equipes de referência responsáveis pela gestão e oferta dos serviços e programas socioassistenciais, diante das especificidades locais/regionais (SUAS/MDS/2015).

A composição das equipes de referência considera o nível de proteção social e suas finalidades, as características e objetivos da oferta, as aquisições a serem garantidas aos usuários, a abrangência e as especificidades do território, em consonância à NOB-RH/SUAS e às Resoluções do CNAS nº 17/2011 e 09/2014.

Com base no exposto, o município, a partir de suas especificidades, considerando as normativas nacionais citadas, dentre outras existentes no âmbito do SUAS, deve proceder na perspectiva de compor suas equipes de referência para manter as unidades do SUAS em pleno funcionamento. Nesse sentido, a seleção dos profissionais por meio de um processo transparente, através de empresa comprometida com a qualidade da oferta do serviço, é imprescindível.

3 - DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTIDADE

3.1 - A empresa a ser contratada, deverá executar os serviços conforme descrição na planilha abaixo e de acordo com o especificado neste Termo de Referência.

| Item | Descrição/Especificação | Unidade | Quantidade |
|------|--|---------|------------|
| 1 | Serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE. | Serv. | 01 |



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

METODOLOGIA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Realização de Processo Seletivo para contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, do Município de Lavras da Mangabeira/CE, por meio de aplicação de prova escrita, realização de entrevistas, análise de curriculum.

4 - REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1 - A(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) deverá(ão) apresentar os seguintes Documentos, os quais serão analisados quanto à sua autenticidade e ao seu prazo de validade:

- a) Cópia do Cartão de inscrição no CNPJ/MF;
- b) Cópia da Inscrição Estadual ou Municipal, se houver;
- c) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;
- d) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;
- e) Prova de regularidade fiscal para com os Tributos e Contribuições federais;
- f) Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União;
- g) Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) - CND;
- h) Prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;
- j) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do Licitante;
- k) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício;
- l) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- m) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO

5.1 - O futuro contrato terá vigência até 30 de junho de 2021, a contar da data de sua assinatura, sendo que os serviços deverão ser executados em um prazo de até 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, através de termo aditivo do contrato caso haja justificativa para o mesmo.

6 - ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas do contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previsto na seguinte Dotação Orçamentária:

| Órgão | Unid. Orç. | Projeto/Atividade | Elemento de Despesa |
|-------|------------|------------------------|---------------------|
| 13 | 01 | 08.122.0007.2.109.0000 | 3.3.90.39.00 |

7 - PAGAMENTO

7.1 - O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se previstas no Anexo II - Minuta do Contrato.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Anexo II - Minuta do Contrato.



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Anexo II - Minuta do Contrato.

Lavras da Mangabeira/CE, 29 de janeiro de 2021.

Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO

Contrato que entre si fazem o Município de Lavras da Mangabeira/CE, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e a empresa, para o fim que nele se declara.

O **MUNICÍPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.609.621/0001-16, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, neste ato representada pela Sra. Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima, residente e domiciliada na Cidade de Lavras da Mangabeira/CE, apenas denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, estabelecida na, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada pelo(a) Sr(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º, apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações e no Processo de Dispensa de Licitação nº, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 - Conforme as prescrições no artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas demais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

CLAUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - O(A) CONTRATADO(A) se obriga a executar os serviços no regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

4.1 - O objeto contratual tem o valor total de R\$ (.....).

4.2 - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, mediante apresentação dos documentos hábeis de cobrança junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira.

4.3 - A Prefeitura Municipal se reserva no direito de cancelar o presente contrato, no todo ou em parte, de acordo com as condições estabelecidas na legislação pertinente, assim como reduzir ou aumentar respeitados os limites de 25% sem que caiba ao Contratado o direito de reclamação ou indenização.

4.4 - O Contrato não será reajustado em hipótese alguma.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2021, a contar da data de sua assinatura, sendo que os serviços deverão ser executados em um prazo de até 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, através de termo aditivo do contrato caso haja justificativa para o mesmo.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal,



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

previstos na seguinte dotação orçamentária:

.....

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - A Contratante obriga-se a:

7.2 - Exigir do Contratado o fiel cumprimento do Termo de Referência/Projeto Básico e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.

7.3 - Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste Contrato.

7.4 - Permitir o acesso da CONTRATADA, devidamente identificada às suas dependências para execução de serviços referente ao objeto deste Contrato, quando necessário.

7.5 - Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento.

7.6 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um Servidor ou Comissão especialmente designada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A Contratada obriga-se a:

8.2 - Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo de Dispensa de Licitação.

8.3 - Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação dos serviços contratados.

8.4 - Desenvolver todas as atividades necessárias, tais como: elaboração do edital; cadastramento dos candidatos; preparação das provas objetivas; aplicação das provas objetivas; correção das provas objetivas; contagem de títulos, realização de entrevistas, análise de curriculum e; relação do resultado final.

8.5 - Iniciar os serviços após a assinatura do presente contrato, com a definição do cronograma básico de trabalho, de comum acordo entre as partes, prevendo a data e horário para realização das diversas etapas do Processo Seletivo, atendendo às necessidades da CONTRATANTE.

8.6 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessário à execução do objeto contratual, inclusive os encargos relativos à legislação trabalhista e as despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação.

CLÁUSULA NONA - DAS PROIBIÇÕES

9.1 - É vedado a CONTRATADA subcontratação dos serviços, parcial ou total, sem a prévia e expressa anuência e autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INADIMPLEMENTO

10.1 - O Inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93, e suas demais alterações, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com aviso de recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2 - A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como no caso de não pagamento, a suspensão da prestação dos serviços pela CONTRATADA até a sua normalização

10.3 - A CONTRATADA, pela sua inadimplência no cumprimento do contrato, enquanto durar o vínculo contratual, estará sujeita às seguintes sanções:

10.3.1 - advertência;

10.3.2 - suspensão temporária do direito de participar de licitação;

10.3.3 - impedimento de contratar com a Administração;

10.3.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - A CONTRATADA pagará à CONTRATANTE a título de multa pelo não cumprimento do



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

estabelecido no presente Contrato, ocorrendo as seguintes situações:

11.2 - Atraso injustificado na execução dos serviços, causando, conseqüentemente atraso nos prazos, multa correspondente a 3% (três por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3 - Inexecução total ou parcial dos serviços, sem prévia justificativa, multa correspondente a 10% (dez por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3.1 - Caso ocorra qualquer uma das situações descritas no sub-item anterior, a CONTRATANTE fica desobrigada do pagamento da(s) parcela(s) restante(s), independentemente da multa pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os Direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

12.2 - O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou Extrajudicial, nos casos de:

12.2.1 - Omissão de pagamento pela CONTRATANTE;

12.2.2 - Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

12.2.3 - Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes;

12.2.4 - No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no sub-item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 - Quaisquer alterações que venham a ocorrer na execução dos serviços serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - Este Contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Lavras da Mangabeira/CE.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Lavras da Mangabeira/CE,

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. CPF

2. CPF



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

Junto aos autos as Pesquisas/Coletas de Preços de mercado enviadas a esta Comissão de Licitação pelo Setor de Compras, por intermédio da Secretaria solicitante.

Data: 29 de janeiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Presidente da Comissão de Licitação



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

**Junto aos autos a documentação da empresa
que ofertou o melhor e mais vantajoso preço.**

Data: 29 de janeiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Presidente da Comissão de Licitação



COMUNICAÇÃO INTERNA

À Assessoria Jurídica do Município.

Vimos através desta, formular consulta acerca da viabilidade de elaborarmos o Processo de Dispensa de Licitação, solicitado pelo Exmo. Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, o Sr. Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima, para a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, fundamentado nas disposições contidas no Art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Lavras da Mangabeira/CE, 29 de janeiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Presidente da Comissão de Licitação



PARECER JURÍDICO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. VERIFICAÇÃO DE LEGITIMIDADE. SUBSUNÇÃO AOS DITAMES DO ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado que visa à contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, com fulcro no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

O feito vem a esta Assessoria Jurídica para apreciação e emissão de parecer quanto à dispensa do certame licitatório, nos termos do art. 38, inciso VI da Lei 8.666/1993.

É o sucinto relatório. Segue o exame jurídico.

II - ANÁLISE JURÍDICA

A licitação nas compras/contratações é a regra, porém a Lei 8.666/93 apresenta situações especiais em que poderá ocorrer a dispensa da licitação nas compras/contratações feitas pela Administração Pública.

O Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de Dispensa de Licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

Dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular dentro dos casos previstos no art. 24 da Lei 8.666/93.

Observa-se que a lei enumerou expressamente as hipóteses de dispensa de licitação, sendo este rol taxativo. Neste sentido, as lições do renomado Jessé Torres Pereira Júnior (2003, pag. 102):

As hipóteses de dispensabilidade do art. 24 constituem rol taxativo, isto é, a Administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma das situações previstas na lei federal. Lei estadual, municipal ou distrital, bem assim regulamento interno da entidade vinculada não poderá criar hipótese de dispensabilidade.

Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público. Muitas vezes, o administrador opta pela dispensa, de acordo com o ilustre Marçal Justen Filho (FILHO, Marçal Justen. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Ed. Dialética. São Paulo, 2009. 13ª Edição. P.228).

[...] a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigure-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir.

O caso ora analisado enquadra-se no inciso II do artigo 24, já que prevê a contratação direta com dispensa de licitação em situações em que o valor da compra ou do serviço a ser contratado corresponde a uma quantia de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", inciso II do art. 23, ou seja, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. (qn)

Desta forma, a atuação administrativa em proceder com a contratação da empresa RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, possui possibilidade legal, atendendo de forma clara o princípio da legalidade, conforme versa o professor Luís Roberto Barroso (BARROSO, Luís Roberto. Temas de Direito Constitucional. Ed. Renovar. 2001. P. 166).

Ao contrário dos particulares, que se movem por vontade própria, aos agentes públicos somente é facultado agir por imposição ou autorização legal. Inexistindo lei, não haverá atuação administrativa legítima. (...) os Poderes Públicos somente podem praticar os atos determinados pela lei. Como decorrência, tudo aquilo que não resulta de prescrição legal é vedado ao administrador.

É evidente que nos processos de Dispensa de Licitação, como no presente caso, não exigem o cumprimento de todas as etapas formais imprescindíveis num processo de licitação, entretanto, salienta-se, que devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública.

A proposição apresentada pelo Município de Lavras da Mangabeira/CE, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social está instruída com 03 (três)



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

orçamentos de preços e com os documentos da empresa que ofertou o melhor e mais vantajoso preço.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo ora analisado.

Destarte, incumbe a esta Assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, do ponto de vista estritamente jurídico, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade da dispensa do processo licitatório, haja vista que atende ao caso previsto no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Este é o meu Parecer, salvo melhor juízo.

Lavras da Mangabeira/CE, 01 de fevereiro de 2021.

Marcos Aurélio Correia de Souza
OAB/CE 10.247-B
Sub-procurador



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

Memorando/CPL

Lavras da Mangabeira/CE, 01 de fevereiro de 2021.

DA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

PARA: SENHORA ORDENADORA DA DESPESA.

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Senhora Ordenadora,

Pelo presente solicitamos de V.Sa., se digne autorizar esta Comissão Permanente de Licitação, a realizar o processo de Dispensa de Licitação para a Contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, haja vista tal hipótese ter sido objeto de análise pela Assessoria Jurídica do Município, com parecer favorável.

A despesa esta estimada em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e deverá ser classificada na seguinte dotação:

| Órgão | Unid. Orç. | Projeto/Atividade | Elemento de Despesa |
|-------|------------|------------------------|---------------------|
| 13 | 01 | 08.122.0007.2.109.0000 | 3.3.90.39.00 |

Atenciosamente,

Vicente Neto Alencar de Lima
Presidente da CPL

AUTORIZO EM: 01 de fevereiro de 2021.

Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

SOLICITAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Ao(À): Sr. Russell Sirius Anacleto e Andrade
Secretário Municipal de Finanças

Versa o presente sobre a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

Impende destacar que a proposta é a mais vantajosa para a Administração e, com objetivo de comprovar a vantajosidade, foi realizado levantamento de custos (pesquisas de mercado), entre empresas conceituadas e atuantes na região que demonstrou que os preços estão compatíveis com os praticados no mercado.

Assim, encaminho os autos para emissão de Certificado de Disponibilidade Orçamentária no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Lavras da Mangabeira/CE, 01 de fevereiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Presidente da CPL



DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS

(Lei de Responsabilidade Fiscal)

Ao(À) Ilmo(a).

Sr(a). Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e ao disposto no Art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, vimos informar a Vossa Senhoria que há estimativa do impacto Orçamentário-Financeiro e que dispomos de recursos oriundos do Tesouro Municipal, para a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, estando o presente processo em compatibilidade e adequação com a Lei Orçamentária Anual, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Atenciosamente,

Lavras da Mangabeira/CE, 01 de fevereiro de 2021.

Russell Sirius Anacleto e Andrade
Secretário Municipal de Finanças



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.02.02.1

ORIGEM: Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.

OBJETO

Contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

JUSTIFICATIVA

A **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira /CE**, tem o objetivo de desenvolver serviços, programas, projetos e benefícios preconizados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e outros instrumentos normativos da Política de Assistência Social.

A Política de Assistência Social organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS, organizado em níveis de Proteções Sociais, Básica e Especial de Média e Alta complexidade, através destas são prestados serviços, programas, projetos e benefícios, cofinanciados pelos três entes, compreendendo município, estado e união.

No âmbito municipal são ofertados serviços de **Proteção Social Básica-PSB**, a qual tem por objetivos a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento dos vínculos familiares. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS atua como principal porta de entrada do SUAS, dada sua localização nos territórios.

O Município de Lavras da Mangabeira /CE conta com três Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, sendo dois localizados nos Distritos do Município, e o localizado na área urbana da cidade. As três das Unidades são cofinanciadas pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e recursos municipais, sendo que uma dessas, conta com o cofinanciamento do Estado.

Também são ofertados serviços da **Proteção Social Especial de Média Complexidade**, através do CREAS. O Município ainda conta com uma unidade de atendimento referente ao Cadastro Único, como também oferta programas, projetos e benefícios através das unidades socioassistenciais do SUAS.



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

Para a operacionalização do SUAS é necessário o trabalho de equipes formadas por profissionais com formação em nível médio ou superior, conforme preconizado nas normativas do SUAS, em destaque a NOB-RH/SUAS/2006 que traz a importância da equipe de referência, e se configura como um conjunto de profissionais responsáveis diretamente pela gestão e oferta dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, que deve assegurar a efetivação da política pública de forma contínua e qualificada. A concepção de Equipes de Referência no SUAS parte do reconhecimento de dois aspectos fundamentais o caráter público da Assistência Social e o trabalho social como fundamental, sendo o profissional o seu principal recurso. Portanto, os trabalhadores, responsáveis pela execução da política, devem ser valorizados, possuir formação teórica, técnica e ético-política, como também, condições institucionais para realização do seu trabalho (SUAS/MDS/2015).

Faz importante ressaltar que as equipes de referência definidas pelas normativas possibilitam a formação de um padrão nacional, com profissionais cuja presença é obrigatória, de acordo com o nível de proteção social e complexidade.

Conforme descrito no Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS/MDS (2015), as principais normativas que tratam sobre as/os trabalhadoras/res do SUAS são:

- **NOB-RH/SUAS/2006**, instituída por meio da Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, esta normativa estabelece diretrizes e princípios que devem orientar os gestores das três esferas de governo nas questões relativas à gestão do trabalho e à Educação Permanente no SUAS.
- **Resoluções do CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, e nº 09, de 15 de abril de 2014**, ambas as resoluções tratam do reconhecimento dos profissionais que compõem o SUAS e que contribuem, através do conjunto de seus conhecimentos, habilidades e competências profissionais próprias a cada área.
- **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS/2013**, instituída pela Resolução CNAS nº 04, de 13 de março de 2013 - Esta normativa avança ao reforçar a organização e estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS, evidenciando-a como área essencial à efetiva profissionalização do Sistema, estabelecendo as responsabilidades dos entes federados, entre elas a de assegurar recursos financeiros para seu cumprimento.

A respeito do financiamento do SUAS para a manutenção das equipes de referência, destaca-se que os recursos do cofinanciamento federal de que trata o Artigo 6º-E da LOAS podem ser utilizados para o pagamento dos profissionais das equipes de referência responsáveis pela gestão e oferta dos serviços e programas socioassistenciais, diante das especificidades locais/regionais (SUAS/MDS/2015).



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

A composição das equipes de referência considera o nível de proteção social e suas finalidades, as características e objetivos da oferta, as aquisições a serem garantidas aos usuários, a abrangência e as especificidades do território, em consonância à NOB-RH/SUAS e às Resoluções do CNAS nº 17/2011 e 09/2014.

Com base no exposto, o município, a partir de suas especificidades, considerando as normativas nacionais citadas, dentre outras existentes no âmbito do SUAS, deve proceder na perspectiva de compor suas equipes de referência para manter as unidades do SUAS em pleno funcionamento. Nesse sentido, a seleção dos profissionais por meio de um processo transparente, através de empresa comprometida com a qualidade da oferta do serviço, é imprescindível.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Quanto à matéria de Direito entendemos tratar-se de uma hipótese de Dispensa de Licitação enquadrando-se no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, já que prevê a contratação direta com dispensa de licitação em situações em que o valor da compra ou do serviço a ser contrato corresponde a uma quantia de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", inciso II do art. 23, ou seja, in verbis:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

FONTE DE RECURSOS

Recursos Orçamentários do Tesouro Municipal, com a seguinte classificação:

| Órgão | Unid. Orç. | Projeto/Atividade | Elemento de Despesa |
|-------|------------|------------------------|---------------------|
| 13 | 01 | 08.122.0007.2.109.0000 | 3.3.90.39.00 |

FAVORECIDO:

A presente hipótese deverá ser concretizada em favor de:

Empresa: RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA.

CNPJ: 02.306.195/0001-28.

Endereço: Rua São José, 1255 - Centro - Icó/CE.



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

COTACÕES/PESQUISAS DE PREÇOS

No processo em epígrafe, verificou-se que foram realizadas 03 (três) pesquisas/coletas de preços de mercado com os fornecedores abaixo descritos, conforme mapa comparativo de preços abaixo:

Empresas:

| Empresa | Nome | CNPJ |
|---------|---|--------------------|
| 01 | RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA | 02.306.195/0001-28 |
| 02 | MAXIMUS INTELECTO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA | 23.626.282/0001-32 |
| 03 | TAVARES ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA | 26.851.749/0001-36 |

| Item | Especificação | Unid. | Quant. | Empresa 01 | Empresa 02 | Empresa 03 |
|--------------|--|-------|--------|-----------------|------------|------------|
| 01 | Serviços a serem prestados no apoio administrativo, compreendendo consultoria técnica no planejamento, treinamento, orientação e acompanhamento dos procedimentos inerentes à contratação pública, bem como na definição de demandas de bens, produtos e serviços, junto a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE. | Serv. | 1 | 7.000,00 | 7.600,00 | 7.800,00 |
| Total | | | | 7.000,00 | 6.200,00 | 6.460,00 |

JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo estar em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) pesquisas de preços.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“Adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei nº. 8.666/93” (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28.12.95, pág. 22.603).

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade CONVITE que exige no mínimo 03 (três) licitantes.

Assim sendo, procedeu-se com a consulta de 03 (três) empresas em condições de prestar os serviços descritos, e, conciliando a questão da oferta do menor preço a escolha recaiu sobre a



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

empresa RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.306.195/0001-28, que ofertou o menor preço para o objeto a ser contratado.

MOTIVO DA ESCOLHA:

A escolha recaiu na empresa RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.306.195/0001-28, por ter sido na pesquisa/coleta de preços prévia realizada pelo setor competente, a que ofereceu o melhor preço para a administração, além de comprovar habilitação compatível com o objeto da contratação.

Lavras da Mangabeira/CE, 02 de fevereiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

Rivaldo Cruz Barros
Comissão Permanente de Licitação
Membro

Maria Adriana de Oliveira Viana Amaro
Comissão Permanente de Licitação
Membro



DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira/CE, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n.º 2021.02.02.1, vem emitir a presente Declaração, amparada no inciso II, do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, para a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, em favor da empresa RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.306.195/0001-28.

O valor da presente Dispensa importa na quantia de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Assim, nos termos do artigo 26 da Lei n.º 8.666/93, vem comunicar a Senhora Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social da presente declaração, para que proceda se de acordo, com a devida ratificação no prazo legal, como condição de eficácia do ato.

Lavras da Mangabeira/CE, 02 de fevereiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

Rivaldo Cruz Barros
Comissão Permanente de Licitação
Membro

Maria Adriana de Oliveira Viana Amaro
Comissão Permanente de Licitação
Membro



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.02.02.1

A Exma. Sra. Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima, Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, vem no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e considerando o que consta do presente Processo Administrativo, face a justificativa apresentada, **RATIFICAR** a Declaração de Dispensa de Licitação para a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, em favor da empresa **RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.306.195/0001-28, sendo que a respectiva contratação terá como valor total a importância de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), determinando, outrossim, que se proceda a publicação do devido extrato desta Ratificação.

Ao Setor Contábil-financeiro para as providências cabíveis.

Notifique-se a supracitada empresa para celebração do respectivo Contrato.

Ciência aos interessados.

Publique-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira - Estado do Ceará,
02 de fevereiro de 2021.

Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social



EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira, em cumprimento do Termo de Ratificação procedido pela Sra. Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima, Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação n.º 2021.02.02.1. **Objeto:** Contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE. **Empresa:** RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.306.195/0001-28. **Valor:** R\$ 7.000,00 (sete mil reais). **Fundamento Legal:** Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão Permanente de Licitação e Ratificada pela Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Data: 02 de fevereiro de 2021.



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico para os devidos fins, que foi publicado através de afixação na Portaria desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), nesta data, o Extrato da Dispensa de Licitação n.º 2021.02.02.1, referente à contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE, em favor da empresa **RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.306.195/0001-28, na forma recomendada pelo STJ, através do Recurso Especial nº 105.232 - (96.0056484-5) - 1ª Turma.

Lavras da Mangabeira/CE, 02 de fevereiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Responsável pela Publicação



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

TERMO DE CONVOCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.02.02.1.

Empresa: RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA.

CNPJ: 02.306.195/0001-28.

Endereço: Rua São José, 1255 - Centro, Icó/CE.

A Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira, por intermédio da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, no uso de suas funções, vem **CONVOCAR** a empresa **RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA**, para assinatura do Instrumento Contratual referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.02.02.1, cujo objeto é a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

O representante da empresa, acima convocada, deverá se apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento desta, para proceder com a assinatura do referido instrumento.

Lavras da Mangabeira/CE, 02 de fevereiro de 2021.

Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social

Recebido em: ____ / ____ / 2021.

.....
RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

CONTRATO Nº 03.02.2021/01

Contrato que entre si fazem o Município de Lavras da Mangabeira/CE, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e a empresa RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, para o fim que nele se declara.

O **MUNICÍPIO DE LAVRAS DA MANGABEIRA**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.609.621/0001-16, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, neste ato representada pela Sra. Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima, residente e domiciliada na Cidade de Lavras da Mangabeira/CE, apenas denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA**, estabelecida na Rua São José, 1255 - Centro, Icó/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.306.195/0001-28, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Rita Nunes da Silva, inscrito(a) no CPF sob o n.º 414.455.384-15, apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações e no Processo de Dispensa de Licitação nº 2021.02.02.1, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 - Conforme as prescrições no artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas demais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE.

CLAUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - O(A) CONTRATADO(A) se obriga a executar os serviços no regime de execução indireta.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO

4.1 - O objeto contratual tem o valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

4.2 - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, mediante apresentação dos documentos hábeis de cobrança junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira.

4.3 - A Prefeitura Municipal se reserva no direito de cancelar o presente contrato, no todo ou em parte, de acordo com as condições estabelecidas na legislação pertinente, assim como reduzir ou aumentar respeitados os limites de 25% sem que caiba ao Contratado o direito de reclamação ou indenização.

4.4 - O Contrato não será reajustado em hipótese alguma.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2021, a contar da data de sua assinatura, sendo que os serviços deverão ser executados em um prazo de até 90 (noventa) dias, podendo ser renovado, através de termo aditivo do contrato caso haja justificativa para



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

o mesmo.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, previstos na seguinte dotação orçamentária:

| Órgão | Unid. Orç. | Projeto/Atividade | Elemento de Despesa |
|-------|------------|------------------------|---------------------|
| 13 | 01 | 08.122.0007.2.109.0000 | 3.3.90.39.00 |

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - A Contratante obriga-se a:

7.2 - Exigir do Contratado o fiel cumprimento do Termo de Referência/Projeto Básico e Contrato, bem como zelo na prestação dos serviços e o cumprimento dos prazos.

7.3 - Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste Contrato.

7.4 - Permitir o acesso da CONTRATADA, devidamente identificada às suas dependências para execução de serviços referente ao objeto deste Contrato, quando necessário.

7.5 - Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento.

7.6 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um Servidor ou Comissão especialmente designada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A Contratada obriga-se a:

8.2 - Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo de Dispensa de Licitação.

8.3 - Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação dos serviços contratados.

8.4 - Desenvolver todas as atividades necessárias, tais como: elaboração do edital; cadastramento dos candidatos; preparação das provas objetivas; aplicação das provas objetivas; correção das provas objetivas; contagem de títulos, realização de entrevistas, análise de curriculum e; relação do resultado final.

8.5 - Iniciar os serviços após a assinatura do presente contrato, com a definição do cronograma básico de trabalho, de comum acordo entre as partes, prevendo a data e horário para realização das diversas etapas do Processo Seletivo, atendendo às necessidades da CONTRATANTE.

8.6 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessário à execução do objeto contratual, inclusive os encargos relativos à legislação trabalhista e as despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação.

CLÁUSULA NONA - DAS PROIBIÇÕES

9.1 - É vedado a CONTRATADA subcontratação dos serviços, parcial ou total, sem a prévia e expressa anuência e autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INADIMPLEMENTO

10.1 - O Inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei 8.666/93, e suas demais alterações, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com aviso de recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2 - A não regularização poderá ensejar, a critério da parte prejudicada, a rescisão do



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

Contrato, sem prejuízo de outras sanções, bem como no caso de não pagamento, a suspensão da prestação dos serviços pela CONTRATADA até a sua normalização

10.3 - A CONTRATADA, pela sua inadimplência no cumprimento do contrato, enquanto durar o vínculo contratual, estará sujeita às seguintes sanções:

10.3.1 - advertência;

10.3.2 - suspensão temporária do direito de participar de licitação;

10.3.3 - impedimento de contratar com a Administração;

10.3.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - A CONTRATADA pagará à CONTRATANTE a título de multa pelo não cumprimento do estabelecido no presente Contrato, ocorrendo as seguintes situações:

11.2 - Atraso injustificado na execução dos serviços, causando, conseqüentemente atraso nos prazos, multa correspondente a 3% (três por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3 - Inexecução total ou parcial dos serviços, sem prévia justificativa, multa correspondente a 10% (dez por cento), calculada sobre o montante total da contratação.

11.3.1 - Caso ocorra qualquer uma das situações descritas no sub-item anterior, a CONTRATANTE fica desobrigada do pagamento da(s) parcela(s) restante(s), independentemente da multa pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - O não cumprimento das disposições especificadas neste Contrato implicará automaticamente em quebra de Contrato, ensejando rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os Direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

12.2 - O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou Extrajudicial, nos casos de:

12.2.1 - Omissão de pagamento pela CONTRATANTE;

12.2.2 - Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer uma das partes;

12.2.3 - Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes;

12.2.4 - No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá rescindi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no sub-item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1 - Quaisquer alterações que venham a ocorrer na execução dos serviços serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - Este Contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Lavras da Mangabeira/CE.



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira

Governo Municipal

CNPJ nº 07.609.621/0001-16

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Lavras da Mangabeira/CE, 03 de fevereiro de 2021.

Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social
CONTRATANTE

Rita Nunes da Silva
RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF _____
2. _____ CPF _____



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

EXTRATO DO CONTRATO

Extrato do Contrato nº 03.02.2021/01, referente à Dispensa de Licitação nº 2021.02.02.1.
Partes: o Município de Lavras da Mangabeira, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e a empresa RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA. **Objeto:** Contratação de serviços a serem prestados na realização de Processo Seletivo para a contratação de profissionais para atuação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social de Lavras da Mangabeira/CE. **Valor Total:** R\$ 7.000,00 (sete mil reais). **Vigência do Contrato:** 02 (dois) meses. **Signatários:** Francisca Izabely Ferreira de Alencar Lima e Rita Nunes da Silva.

Lavras da Mangabeira/CE, 03 de fevereiro de 2021.



Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira
Governo Municipal
CNPJ nº 07.609.621/0001-16

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO

Certifico para os devidos fins que, foi publicado através de afixação na Portaria desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), o Extrato referente ao **CONTRATO** firmado entre a Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social e a empresa RN SERVIÇO DE TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.306.195/0001-28, oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº 2021.02.02.1, na forma recomendada pelo STJ, através do Recurso Especial nº 105.232 - (96.0056484-5) - 1ª Turma.

Lavras da Mangabeira/CE, 03 de fevereiro de 2021.

Vicente Neto Alencar de Lima
Responsável pela Publicação